ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO POPULAR TERRITORIALIZADA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DO PONTO DIGITAL FOTOGRAFIA PRETA NO INTERIOR DA BAHIA

Isana Barboza Costa[1]
Aristanan Pinto Neri da Silva[2]

INTRODUÇÃO

A democratização do ensino superior brasileiro constitui um processo atravessado por disputas em torno do direito à educação e das condições concretas de acesso às oportunidades formativas. Embora a expansão das instituições de ensino superior e as políticas de inclusão tenham ampliado a participação de grupos historicamente excluídos, persistem desigualdades sociais, raciais e territoriais que condicionam as trajetórias de jovens oriundos das classes populares. Essas desigualdades assumem contornos particulares no interior do país, onde distâncias geográficas, limitações de infraestrutura e concentração de oportunidades impõem obstáculos adicionais à continuidade dos estudos.

O acesso ao ensino superior não depende exclusivamente do desempenho individual. As possibilidades de ingresso são construídas em trajetórias escolares marcadas por condições desiguais de escolarização, informação, recursos tecnológicos e experiências culturais. Para jovens de comunidades rurais e quilombolas, essas condições podem ser agravadas pela distribuição desigual dos equipamentos públicos e pela persistência da exclusão racial. Examinar a democratização exige, assim, olhar para o que antecede a inscrição nos exames seletivos.

Nesse cenário, os cursinhos populares surgem como iniciativas vinculadas a demandas coletivas pelo direito à universidade. Diferentemente de propostas restritas ao treinamento para provas, essas experiências podem articular preparação acadêmica, formação política e valorização das identidades. Essa orientação aproxima-se da Educação Popular, compreendida por Freire (1996) como prática que reconhece os saberes dos educandos e a construção dialógica

[1] Doutora em Educação pela University Mackenzie; licenciada em Matemática pela Universidade Estadual de Feira de Santana e em Pedagogia pelo Centro Universitário Cidade Verde. Coordenadora de Monitoramento e Avaliação na Casa de Cultura, Esporte e Cidadania Dona Joana, isana.costa@enova.educação.ba.gov.br
[2] Licenciado em História (FTC). Especialista em Pedagogia Social e Gestão de Projetos Sociais e pós graduando em Psicopedagogia Institucional (UNOPAR), aris.pinto2011@gmail.com

ISSN: 2358-8829

do conhecimento. A dimensão territorial, por sua vez, requer compreender o lugar da experiência como espaço de relações sociais e não apenas como localização geográfica (Santos, 2006).

É nessa perspectiva que se insere o Ponto Digital Fotografia Preta, iniciativa vinculada à Casa de Cultura, Esporte e Cidadania Dona Joana, desenvolvida entre julho de 2025 e janeiro de 2026 no distrito de Pataíba, município de Água Fria, Bahia. A experiência contemplou jovens de escolas públicas e comunidades rurais, incluindo participantes da comunidade quilombola Curral de Fora, articulando preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), inclusão digital e formação antirracista.

Este estudo pergunta de que maneira a experiência do Ponto Digital Fotografia Preta, fundamentada na Educação Popular e nas especificidades do território, contribui para ampliar oportunidades de acesso ao ensino superior de jovens do interior da Bahia. Objetiva analisar seus fundamentos pedagógicos, suas estratégias formativas e suas potencialidades e limites. Trata-se de relato de experiência qualitativo, apoiado em documentos institucionais, materiais pedagógicos e registros das atividades. A análise sugere que a proximidade territorial e a articulação entre formação acadêmica e reconhecimento das identidades constituem contribuições relevantes, embora não substituam políticas públicas estruturantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Popular constitui campo de práticas pedagógicas historicamente associado às lutas pela ampliação de direitos e à transformação das condições que produzem desigualdades. Sua concepção reconhece que os processos educativos ultrapassam as instituições escolares e se desenvolvem em espaços de organização coletiva, participação e produção de conhecimentos. Para Freire (1996), ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e reconhecimento de sua participação ativa. A educação, nessa perspectiva, não se reduz à transmissão de conteúdos: envolve diálogo, problematização da realidade e construção compartilhada do conhecimento.

Essa formulação permite compreender os cursinhos populares como espaços nos quais a preparação para exames pode coexistir com a reflexão sobre direitos, desigualdades e projetos de vida. A dimensão popular não decorre somente da gratuidade ou do perfil socioeconômico dos participantes, mas do modo como as práticas se vinculam às necessidades coletivas e reconhecem a capacidade dos estudantes de produzir conhecimentos. Uma educação comprometida com o direito à universidade precisa, portanto, considerar os sujeitos em suas trajetórias e não apenas como candidatos avaliados por notas.

ISSN: 2358-8829

Gohn (2011) destaca a dimensão educativa dos movimentos sociais e da participação coletiva. As experiências de organização social produzem aprendizagens relacionadas à cidadania, à construção de identidades e à compreensão dos direitos. Essa contribuição ajuda a situar cursinhos comunitários como respostas coletivas a demandas não suficientemente atendidas pelas instituições. Arroyo (2012), por sua vez, questiona as formas pelas quais sujeitos das classes populares são representados nas políticas e práticas educativas, defendendo o reconhecimento de suas histórias e conhecimentos. As dificuldades escolares não podem ser interpretadas apenas como insuficiências individuais, pois se relacionam a oportunidades socialmente distribuídas de modo desigual.

A dimensão territorial aprofunda essa análise. Santos (2006) compreende o espaço como articulação entre sistemas de objetos e de ações, o que impede reduzir o território a um suporte físico. Transporte, conectividade, equipamentos públicos e distância dos centros de formação influenciam a participação educacional; simultaneamente, os territórios reúnem conhecimentos, relações de solidariedade, práticas culturais e capacidades de organização. A educação territorializada, tal como empregada neste estudo, designa práticas que reconhecem essas condições materiais e simbólicas e as incorporam à definição de estratégias pedagógicas.

Localizar uma atividade no interior não basta, por si só, para torná-la territorializada. É necessário reconhecer os sujeitos e seus modos de vida, evitando tanto a reprodução de propostas indiferentes ao contexto quanto a representação dos territórios rurais exclusivamente por suas carências. No Ponto Digital Fotografia Preta, essa chave analítica permite examinar a relação entre a oferta formativa em Pataíba, as trajetórias de jovens de comunidades rurais e a construção de práticas que dialogam com suas experiências.

A democratização do ensino superior envolve ainda a dimensão racial. Munanga (2005) problematiza o racismo no cotidiano escolar e a necessidade de práticas educativas comprometidas com a valorização da diversidade étnico-racial. Gomes (2017) evidencia o movimento negro como sujeito educativo e produtor de conhecimentos que questionam hierarquias raciais. Esses aportes ajudam a compreender a educação antirracista como dimensão estruturante da formação e não como conteúdo eventual ou periférico.

Em contextos com participação de estudantes quilombolas, identidade, memória, território e pertencimento comunitário não devem ser separados dos processos educativos. A articulação entre conteúdos exigidos nos exames e discussões sobre relações étnico-raciais pode favorecer uma formação que reconheça estudantes negros como sujeitos legítimos do conhecimento. Contudo, a ação comunitária não elimina as desigualdades estruturais relacionadas à qualidade da educação básica, ao financiamento e à distribuição territorial das

instituições de ensino superior. Democratizar significa ampliar vagas e também as condições concretas de disputá-las e de permanecer na universidade.

METODOLOGIA

O estudo adota abordagem qualitativa e modalidade de relato de experiência, fundamentada na sistematização e interpretação de práticas educativas realizadas no Ponto Digital Fotografia Preta. A opção metodológica decorre do interesse em compreender relações entre proposta pedagógica, condições socioterritoriais e princípios da Educação Popular, sem reduzir a análise à enumeração de atividades ou à mensuração de resultados. A experiência é tratada como prática social situada, cujas possibilidades e limites podem ser examinados à luz de referenciais sobre educação, território e relações raciais.

A iniciativa foi desenvolvida entre julho de 2025 e janeiro de 2026 no distrito de Pataíba, município de Água Fria, interior da Bahia, vinculada à Casa de Cultura, Esporte e Cidadania Dona Joana. Participaram jovens provenientes de escolas públicas e comunidades rurais, incluindo a comunidade quilombola Curral de Fora. O projeto articulou preparação para o ENEM e outras possibilidades de ingresso no ensino superior, informática básica, letramento digital e discussões sobre identidade racial, história da população negra e culturas afro-brasileiras.

As práticas pedagógicas buscaram valorizar o diálogo, a participação e a aproximação entre conteúdos escolares e experiências de vida. Entre os materiais produzidos destaca-se uma cartilha digital educativa, utilizada como apoio às atividades formativas. A sistematização considerou documentos institucionais, materiais elaborados pelos educadores e registros das atividades. A leitura desse conjunto procurou identificar escolhas pedagógicas, demandas do território e aspectos relacionados à participação estudantil, sem pressupor que todos os efeitos da iniciativa fossem mensuráveis.

A interpretação foi organizada em torno de quatro dimensões relacionadas: Educação Popular e formação crítica; território e oportunidades educacionais; identidade racial e pertencimento; e democratização do acesso ao ensino superior. Esses eixos serviram como orientação analítica, não como categorias estatísticas. A análise buscou distinguir práticas efetivamente realizadas, observações documentadas e inferências teóricas. Não foram realizadas, para este artigo, comparações experimentais nem avaliação longitudinal de egressos; tampouco se pretende atribuir causalmente ao projeto resultados de ingresso universitário. A disponibilidade de registros e a posição dos autores em relação à experiência delimitam o alcance das conclusões.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização da experiência indica que o Ponto Digital Fotografia Preta constituiu um espaço de formação com objetivos que ultrapassaram a revisão de conteúdo para o ENEM. A articulação entre preparação acadêmica, inclusão digital e educação antirracista constitui o principal achado relativo ao desenho pedagógico da iniciativa. Em vez de considerar essas frentes como atividades independentes, o projeto buscou aproximá-las das necessidades e experiências dos jovens atendidos. Essa característica permite interpretar a experiência como prática de Educação Popular territorializada, sem presumir efeitos que não tenham sido diretamente acompanhados.

A realização das atividades em Pataíba representa um primeiro aspecto significativo. Para jovens de comunidades rurais, a distribuição territorial das oportunidades de formação e as condições de deslocamento integram o conjunto de fatores que podem dificultar a continuidade dos estudos. A oferta no próprio distrito aproximou uma possibilidade de preparação acadêmica das comunidades participantes. Essa observação dialoga com Santos (2006), pois o território não é apenas cenário, mas elemento constitutivo das condições de acesso e das relações sociais que organizam a aprendizagem.

A proximidade geográfica, entretanto, não deve ser confundida com a eliminação das desigualdades. A permanência nos estudos pode depender de recursos, tempo disponível, condições familiares, conectividade e outras circunstâncias que não são resolvidas apenas pela existência de uma iniciativa local. A experiência demonstra a importância de considerar tais dimensões na organização pedagógica, mas não autoriza afirmar que todas as barreiras foram superadas. O território, além de apresentar obstáculos, abriga conhecimentos, vínculos e formas de organização que podem sustentar práticas educativas comprometidas com direitos.

A orientação dialógica das atividades constituiu outra dimensão relevante. Ao buscar relacionar conteúdos escolares às experiências dos participantes, a proposta procurou reconhecer conhecimentos e trajetórias que frequentemente recebem pouca atenção em modelos exclusivamente voltados à preparação para testes. Em Freire (1996), essa relação é central à compreensão da aprendizagem como processo de construção e problematização. O valor formativo da experiência não depende de opor conteúdo acadêmico e formação crítica, mas de reconhecer que ambos podem ser articulados.

Essa opção pedagógica também pode ser interpretada a partir de Gohn (2011), que situa processos de organização coletiva como espaços de aprendizagem cidadã. A vinculação do cursinho à Casa de Cultura, Esporte e Cidadania Dona Joana evidencia uma iniciativa de caráter

ISSN: 2358-8829

comunitário e amplia a discussão sobre quem organiza oportunidades educativas e em resposta a quais demandas. Os registros indicam a relevância da relação entre educadores, estudantes e comunidade, embora uma avaliação sistemática da intensidade desses vínculos exija instrumentos adicionais.

A inclusão digital constituiu componente concreto da experiência, materializado nas atividades de informática básica, letramento digital e na elaboração de cartilha educativa. Em processos de acesso ao ensino superior mediados por plataformas, inscrições eletrônicas e materiais digitais, desenvolver habilidades tecnológicas pode ampliar a autonomia de estudantes. Entretanto, o domínio instrumental de ferramentas não equivale automaticamente à inclusão digital plena. A disponibilidade de equipamentos, conexão e oportunidades continuadas de uso permanece decisiva para que a aprendizagem tecnológica se traduza em possibilidades efetivas de participação.

Outro eixo foi a valorização das identidades raciais e territoriais. As atividades que abordaram história da população negra, culturas afro-brasileiras e pertencimento contribuíram para inserir o debate racial no percurso formativo. A participação de jovens da comunidade quilombola Curral de Fora torna particularmente relevante esse reconhecimento. A reflexão de Munanga (2005) sobre enfrentamento do racismo no espaço educativo e a de Gomes (2017) sobre a produção de saberes pelo movimento negro permitem compreender tais práticas como parte de uma educação comprometida com o questionamento das hierarquias raciais.

Essa dimensão não substitui a aprendizagem dos conteúdos exigidos pelo ENEM; antes, problematiza a ideia de que a preparação acadêmica deva ignorar as condições históricas de desigualdade. A presença de discussões sobre racismo e pertencimento oferece oportunidades de reflexão crítica, mas o relato não dispõe de instrumentos que permitam medir mudanças de atitudes ou níveis de letramento racial. Assim, a contribuição identificada refere-se à intencionalidade pedagógica e às práticas desenvolvidas, não a efeitos individuais comprovados por avaliação específica.

As reflexões de Arroyo (2012) contribuem para interpretar a posição atribuída aos jovens no projeto. Em lugar de serem vistos exclusivamente como candidatos com lacunas a corrigir, os participantes foram considerados sujeitos com histórias, conhecimentos e projetos de futuro. Esse deslocamento é relevante para pensar o protagonismo juvenil, entendido aqui como horizonte formativo e reconhecimento de direitos. Não se afirma, contudo, que a experiência tenha produzido transformações duradouras na autonomia dos participantes, pois tal conclusão dependeria de acompanhamento longitudinal.

ISSN: 2358-8829

A permanência dos estudantes representa questão importante, mas requer cautela. Os materiais consultados destacam a preocupação com a continuidade da participação e com a construção de vínculos. Não há, na sistematização disponível para esta versão, série consolidada de matrículas, frequência, conclusão e aprovações que sustente percentuais ou comparações quantitativas. Por isso, a permanência é discutida como dimensão relevante da experiência e como objeto de acompanhamento futuro, e não como indicador numérico já demonstrado.

A atuação dos educadores também integra os resultados interpretativos. O planejamento de atividades sensíveis às demandas do território exige escolhas sobre linguagem, conteúdos e formas de participação. A reflexão sobre essas escolhas pode constituir aprendizagem profissional e revisão das próprias concepções pedagógicas, em consonância com Freire (1996). Entretanto, o relato não inclui entrevistas ou avaliação específica da formação docente; trata-se, portanto, de uma possibilidade analítica derivada da natureza das práticas descritas.

Os limites materiais e institucionais da experiência evidenciam uma tensão central. A disponibilidade de recursos tecnológicos e a dependência do trabalho voluntário impõem desafios à sustentabilidade das ações. A mobilização comunitária é relevante, mas não pode substituir políticas públicas que garantam educação básica de qualidade, infraestrutura digital e condições de ingresso e permanência no ensino superior. O reconhecimento do papel dos cursinhos populares deve caminhar com a defesa da responsabilidade estatal pela garantia do direito à educação.

Os achados sugerem, assim, que a democratização do ensino superior não se esgota na oferta formal de vagas. Envolve também condições anteriores à seleção, incluindo acesso a preparação acadêmica, informação, tecnologias e reconhecimento cultural. O Ponto Digital Fotografia Preta contribui para essa discussão ao reunir, em um território do interior baiano, frentes de formação que costumam ser analisadas separadamente. Sua contribuição mais bem sustentada pelo material disponível é a demonstração de uma proposta pedagógica territorialmente situada, e não a comprovação de impacto causal sobre aprovações universitárias.

A experiência oferece elementos para refletir sobre o potencial e os limites de iniciativas comunitárias no enfrentamento de desigualdades educacionais. Seu caráter territorializado reside na relação entre oferta local, sujeitos atendidos e intencionalidade pedagógica; sua dimensão popular manifesta-se na valorização do diálogo e na vinculação às demandas coletivas; e seu compromisso antirracista aparece nas atividades voltadas à história e às identidades negras. Esses elementos compõem uma experiência relevante para o debate sobre

ISSN: 2358-8829

educação como direito, cuja continuidade e ampliação exigem condições institucionais sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Ponto Digital Fotografia Preta permitiu compreender contribuições de uma experiência de Educação Popular territorializada para a ampliação das oportunidades formativas de jovens de comunidades rurais e quilombolas do interior da Bahia. Ao articular preparação acadêmica, inclusão digital e educação antirracista, a iniciativa apresentou uma proposta que reconhece trajetórias, identidades e condições socioterritoriais dos estudantes. A contribuição identificada não reside apenas na oferta de aulas para o ENEM, mas no modo como diferentes dimensões da formação foram reunidas em uma prática comunitária.

A realização das atividades em Pataíba evidencia que a localização das oportunidades educativas importa, embora não seja suficiente para assegurar equidade. A aproximação territorial pode reduzir determinadas distâncias entre estudantes e espaços de preparação, mas a continuidade dos estudos depende de recursos e condições estruturais que ultrapassam a atuação do projeto. A análise reforça, portanto, a necessidade de compreender democratização como processo que envolve as condições concretas de participação e não somente a ampliação formal de vagas.

A incorporação das relações étnico-raciais e do letramento digital ampliou o escopo formativo da experiência. Essas dimensões permitem reconhecer os participantes como sujeitos de direitos e considerar que acesso à informação, identidade e pertencimento integram as trajetórias educacionais. O relato, contudo, não apresenta indicadores consolidados de frequência, aprovação ou acompanhamento dos egressos, o que impede atribuir efeitos causais à iniciativa ou generalizar seus resultados.

Entre os desafios observados destacam-se a disponibilidade de recursos materiais e tecnológicos e a dependência do trabalho voluntário. A relevância social de experiências comunitárias não deve resultar na transferência da responsabilidade estatal pela garantia do direito à educação. Pesquisas futuras poderão acompanhar trajetórias dos participantes, sistematizar indicadores de permanência e investigar condições de sustentabilidade dos cursinhos populares em territórios rurais e quilombolas.

Conclui-se que democratizar o ensino superior exige enfrentar as desigualdades que antecedem a disputa por uma vaga universitária. O Ponto Digital Fotografia Preta evidencia a possibilidade de construir práticas formativas comprometidas com os territórios, com o reconhecimento das identidades e com a ampliação de direitos. Seu significado reside em

afirmar que jovens do interior não são apenas destinatários de oportunidades: são sujeitos legítimos do direito de produzir conhecimento e de pertencer à universidade.

Palavras-chave: Educação Popular; Território; Democratização do ensino superior; Educação antirracista; Cursinhos populares.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.